

O FUTURO DA FILOSOFIA BRASILEIRA

THE FUTURE OF BRAZILIAN PHILOSOPHY

Ronie Aleksandro Teles da Silveira¹

Resumo:

O artigo se propõe a identificar, a partir das tendências atuais existentes, qual é o futuro da filosofia brasileira. O propósito não é elaborar uma revisão histórica sobre o que se tem produzido no Brasil e sim identificar um conjunto de tendências disponíveis e compatíveis com as nossas condições culturais. São caracterizadas três situações distintas: a) uma em que se imita os procedimentos típicos da filosofia europeia; b) uma em que se tenta fazer a filosofia avançar no sentido de incorporar temáticas brasileiras; c) uma que indica a possibilidade de que a atividade filosófica seja *redefinida* em função de uma aproximação efetiva com relação ao Brasil. A proposição é que o futuro da filosofia brasileira encontra-se na realização plena dessa redefinição, de tal maneira que ela se converta em uma atividade filosófica marcada pela pertinência com relação ao Brasil. Não se propõe aqui uma hierarquia entre essas situações. Porém, em função da disponibilidade das circunstâncias nacionais, se constata que o futuro da filosofia brasileira é tornar-se *brasileira*.

Palavras-chave: Filosofia; Cultura Brasileira; Filosofia Brasileira; Pertinência.

Abstract:

The article proposes to identify, from current trends, what is the future of Brazilian philosophy. The purpose is not to elaborate a historical review of what has been produced in Brazil, but rather to identify a set of trends available and compatible with our cultural conditions. Three different situations are characterized: a) one in which the typical procedures of European philosophy are imitated; b) one in which philosophy is tried to advance in order to incorporate Brazilian themes; c) one that indicates the possibility that the philosophical activity is *redefined* according to an effective approximation with Brazil. The proposition is that the future of Brazilian philosophy lies in the full realization of this redefinition, in such a way that it becomes a philosophical activity marked by pertinence with respect to Brazil. A hierarchy between these situations is not proposed here. However, due to the availability of national circumstances, it is observed that the future of Brazilian philosophy is to become Brazilian.

Keywords: Philosophy; Brazilian Culture; Brazilian Philosophy; Pertinence.



¹ Doutor, Universidade Federal do Sul da Bahia, Email: roniefilosofia@gmail.com,
<https://orcid.org/0000-0003-3046-655X>

Introdução

Nesse texto se pretende tratar do futuro da filosofia brasileira. Se tenta realizar isso em uma época em que a futurologia ainda não é uma disciplina reconhecida como válida e sequer possui uma comunidade suspeita de praticantes. Por isso, o trabalho deve parecer ao leitor uma empreitada bastante arriscada.

Entretanto, o que se propõe aqui não é uma mera adivinhação abstrata, seguindo exclusivamente as ideias do autor sobre a filosofia brasileira. Se trata, ao contrário, de uma adivinhação construída a partir de uma base, seguindo as tendências que hoje são perceptíveis no exercício dessa atividade intelectual. A diferença entre a simples adivinhação e essa derivação de tendências que ensaio aqui, é que esta última envolve um processo de indução a partir de um estado de coisas existente. Ela é o desdobramento esperado daquilo que se apresenta hoje, *a partir da maneira como estamos praticando a filosofia brasileira* (SILVEIRA, 2019).

Nesse sentido, o texto não se propõe a fazer uma revisão de literatura acerca da situação atual da filosofia brasileira. Isso faria sentido se o objetivo fosse verificar o que já foi feito. Há, inclusive, bom material publicado acerca desse panorama histórico. A questão que nos ocupará aqui é voltada para as perspectivas de futuro tornadas possíveis pelas condições culturais existentes.

Como a dimensão do trabalho é hercúlea, se adota um grande grau de generalização, de tal maneira que faça sentido referir-se à filosofia brasileira na sua totalidade. Isso não impede, entretanto, que se respeite algumas distinções relativas às distintas linhas de ação das atividades filosóficas desenvolvidas no Brasil. Não se apresenta aqui uma classificação exaustiva, mas protótipos dessas linhas de ação.

Embora o objetivo seja revelar tendências, sabe-se que coisas inesperadas podem acontecer. O rumo dos acontecimentos futuros não depende somente das situações existentes nesse momento, mas também daquelas variáveis que ainda não se apresentaram. Mesmo assim, o que pode acontecer depende das disposições atuais do mundo. Nada pode ocorrer que não tenha se tornado possível em função da constituição das coisas em um dado momento.

O que denominamos de *eventos inesperados* é somente aquilo que excede nossas capacidades de previsão, mas certamente não o que excede a capacidade de desdobramento do próprio mundo. Tudo o que pode ocorrer está contido, de uma maneira ou de outra, no que existe. Para a existência só é impossível o que nunca poderá existir. Por isso, estabelecer uma conexão entre o que é e o que será constitui-se como uma modalidade de adivinhação *derivada*. Ela é distinta daquelas adivinhações tradicionais, guiadas somente pela livre imaginação do adivinho.

Como se pode demonstrar que as adivinhações derivadas estabelecem algum tipo de conexão com as tendências do presente? Isso certamente não pode ser feito de antemão, como se uma declaração metodológica inicial pudesse fornecer ao leitor a garantia que ele certamente busca. Sequer sei se efetivamente possui o talento necessário para deslizar das tendências do presente em direção ao futuro da filosofia brasileira. Além disso, não há ainda uma metodologia consistente para realizar tal procedimento. Somente os resultados e o próprio futuro poderão dizer algo a respeito dos resultados das adivinhações atuais. Nesse sentido, somente o futuro poderá dizer se o que aqui é previsto deriva efetivamente ou não das potencialidades do presente.

A filosofia imitativa

Creio que parte da atividade filosófica brasileira se encontra em uma fase imitativa com relação à filosofia de matriz europeia. Ela encontra-se nessa situação porque não percebemos em nossa situação cultural alguma peculiaridade que conduza à necessidade de uma filosofia própria. Porém, isso ocorre não porque tal peculiaridade não exista e sim por falta de atenção de nossa parte com relação ao que nos cerca.

A justificativa para emparelhar a filosofia brasileira com a filosofia europeia, alegando que não há nada de específico em nosso modo de vida, reflete a desatenção com a qual temos lidado com o Brasil. Assim, a partir da compreensão de que somos uma manifestação tardia do ocidente - mas ainda assim um de seus ramos - nada justificaria investir energia em desenvolver um tipo de filosofia ajustada ao que somos. Se podemos nos contentar em realizar uma atividade filosófica em termos europeus é porque nos sentimos europeus. Desse ponto de vista, o que se ajusta a nós é a mesma filosofia que se pratica em qualquer ambiente de matriz europeia. E seu fundamento é a crença em uma espécie de unidade antropológica entre nós e os europeus. Ao nos colocarmos como partes de um mesmo mundo, como seres humanos entre outros seres humanos, indicamos que não é necessário desenvolver uma filosofia própria.

Essa vertente imitativa é perfeitamente justificável, considerando-se a formação colonial do país. Sabemos que faz parte do complexo colonial uma disposição do colonizado em se identificar com os valores do colonizador. Afinal, se trata fundamentalmente de reverter uma derrota prática através da identificação com o vencedor. Os derrotados tendem naturalmente a minimizar os danos da derrocada cultural que os tornou colonizados, adotando os valores dos colonizadores. Isso permite enterrar um evento passado doloroso e problemático ao mesmo tempo em que capacita para um novo estilo de vida ajustado aos valores do vencedor (ROCHA, 1970).

Não pode soar estranho, então, que nos identifiquemos com o mundo europeu porque isso nos habilita para um tipo de superação dos problemas coloniais. Identificar-se com os colonizadores permite-nos soterrar as dificuldades criadas pelo embate de forças coloniais, de tal forma que os problemas de ajuste entre os valores que se enfrentam deixam de fazer sentido para nós. Ao nos sentirmos europeus na América, atiramos para fora as dificuldades concernentes à postulação de uma dimensão cultural problemática – que não seria nem a europeia nem a original americana.

Não se trata somente de recusar uma possibilidade cultural certamente mais problemática em função da integração de valores marcados por imensas diferenças. Se trata também de que - nesse e em casos semelhantes - a tendência que prevalece é se afirmar a supremacia dos valores vencedores, justamente porque se mostraram vencedores.

Embora essa seja uma resposta justificada e esperada em função do choque cultural que lhe deu origem, ela não é capaz por si mesma de eliminar os problemas coloniais. Ela teria sido capaz de se apresentar como uma boa solução se a colonização tivesse obtido pleno sucesso. Nesse caso, a opção pelos valores do colonizador se teria feito acompanhar por sua hegemonia cultural plena, eliminando assim qualquer tipo de traço remanescente da cultura originária. Se

teria produzido, nesse caso, uma efetiva integração cultural com base nos valores europeus de modo a conformar a totalidade do modo de vida brasileiro sob os valores europeus.

Mas sabemos que essa substituição da cultura indígena pela europeia não se concretizou inteiramente. Isso porque os valores europeus não se mostraram capazes de tornar o Brasil um ambiente estritamente europeu. Eles não foram culturalmente eficazes a ponto de produzirem uma situação integrada. Não creio que isso requeira demonstrações além de uma simples observação do modo como vivemos hoje. Qualquer um pode verificar por si mesmo em que sentido os valores europeus se incorporam em situações brasileiras de modo a originar uma multiplicidade de efeitos não integrados (SILVEIRA, 2015). Isso quer dizer que eles são perceptíveis por toda parte, assim como sua ineficácia em conformar uma cultura que lhes seja inteiramente subordinada. Eles não adquiriram hegemonia em função da resistência dos valores autóctones – que, por sua vez, não possuem a propensão para a integração.

O fato de não haveremos nos tornado um país plenamente civilizado, nos mesmos termos existentes na Europa, deveria nos dizer algo acerca de nossas capacidades imitativas. Se parte das ex-colônias atingiram padrões de civilização semelhantes aos europeus e nós não, isso deve significar que temos tomado um rumo diverso que impede a concretização integral do mundo europeu entre nós. Se trata da adoção de outra direção que não envolve a realização do mesmo conjunto de valores nos mesmos termos.

Em função dessa especificidade no modo como os valores europeus foram assimilados é que se pode perceber a falsidade da suposição acerca daquela unidade antropológica. Ela está presente por toda parte no cotidiano da vida brasileira. Mesmo assim, é verdade que muitos de nós se sentem europeus e, por isso, se decepcionam com o que se entende ser alguma incapacidade para nos tornarmos integralmente europeus. Por isso, muitos permanecem nessa fase imitativa da filosofia brasileira.

Me refiro aqui, por exemplo, à possibilidade de que os filósofos se insiram com sucesso nas comunidades praticantes de filosofia europeia. Todas as sociedades internacionais que promovem o estudo de autores ou temas permitem esse tipo de integração profissional por parte dos brasileiros. Vários filósofos possuem trabalhos nesse sentido e encontram-se devidamente inseridos em discussões marcadas pelo predomínio de temáticas tipicamente europeias.

Não me parece haver nada de filosoficamente errado nesse tipo de atividade. Se trata somente de um tipo de exercício em que se supõe uma condição de identidade antropológica que não parece corresponder aos rumos vigentes na cultura brasileira. Claro que essa opção pode ser atenuada através da afirmação de que o Brasil *ainda* não se tornou totalmente europeu – mas que o fará em algum momento futuro. Por isso, uma filosofia imitativa seria desejável em face desse progresso em vias de concretizar nossa condição europeia. Uma filosofia imitativa estaria, inclusive, alinhada com nosso futuro europeu – embora não com o nosso presente.

Seja como for, essa atividade filosófica imitativa pode se mostrar viável, mas não pode se apresentar como *ajustada* ao que o país tem sido. Ela realmente pode ser desenvolvida com base na esperança de nosso futuro europeu, mas não no reconhecimento do que o Brasil tem sido. Se trataria, portanto, de um estilo de filosofia calcado na expectativa de que o país venha a ser algo que ele ainda não é.

Ressalto que não parece haver nada de filosoficamente errado com a posição imitativa. A fragilidade desse tipo de atividade filosófica se apresenta quando analisamos sua falta de aderência ao restante do país. Não há como evitar que ela reflita problemas que não são os nossos, simplesmente porque adota um ponto de partida segundo o qual somos europeus.

Assim, se verificarmos com cuidado, veremos que uma filosofia imitativa só obtém repercussão em alguma instância particular da cultura brasileira. Isso permite que ela estabeleça um diálogo com aquela dimensão da vida nacional que já se encontra alinhada com o mundo europeu: o próprio ambiente acadêmico universitário, por exemplo. Como nele predominam os valores típicos da atividade científica europeia, é perfeitamente esperado que a filosofia imitativa obtenha reconhecimento e chancela nesse ambiente restrito. Porém, sua limitação surge ao se observar que ela não interfere no restante da vida do país e tem se restringido a essa situação. Ela é uma flor de estufa (SILVEIRA, 2016).

Com efeito, se há uma deficiência óbvia na prática de uma filosofia imitativa do mundo europeu, trata-se da limitação da sua capacidade de diálogo com o restante da cultura. Ela se assume, desde o início – em função do seu postulado fundamental – como uma atividade de baixo impacto cultural, restrita a uma situação artificial e limitada. Seu impacto potencial está sempre delimitado pelo ambiente em que ela se propôs a interferir desde o início: o ambiente acadêmico das sociedades filosóficas.

É verdade que essa restrição nas suas ambições conduz a um certo *profissionalismo* da filosofia. Essa contenção da atividade filosófica no interior do mundo acadêmico permite a obtenção de certo direito à prática filosófica. Porém, não se pode ocultar que essa conquista é obtida através da redução das ambições culturais dessa atividade. A aquisição de uma metodologia ajustada ao ambiente acadêmico – logo científico – por parte da filosofia não pôde ser realizada sem a desistência de suas pretensões de interferir na totalidade da cultura brasileira. Sua adaptação a um estilo profissional de filosofia implica em perda de capacidade de diálogo com o ambiente mais amplo.

Por isso, não faz sentido optar por uma prática filosófica imitativa e reivindicar simultaneamente um reconhecimento pela importância cultural desse trabalho. Afinal, ao se adotar esse tipo de prática restritiva, se promove a recusa em interagir com as dimensões culturais mais amplas. A redução do escopo da atividade filosófica não é causada por falta de reconhecimento social, mas por uma opção em realizar uma atividade imitativa, incapaz de estabelecer um diálogo com o restante do nosso país.

Insistir na prática de uma filosofia de matriz europeia, como a maioria de nós tem feito até aqui, implica em adotar um comportamento imitativo, como se nada de diferente houvesse no país com respeito ao mundo europeu. Ou, se se reconhecem tais diferenças, se crê que podemos nos converter definitivamente em europeus em algum momento futuro. Nesse caso, as diferenças são reconhecidas como características indesejadas, como imperfeições que devem ser superadas durante o progresso em direção à Europa.

De fato, essa última expectativa envolve reconhecer alguma deficiência de nossa vontade no sentido de realizarmos aqui, na prática, o mundo europeu. Por isso, tudo o que devemos fazer é perseverar na prática de uma filosofia semelhante à europeia. Ao final, se espera que essa perseverança conduzirá a resultados culturais semelhantes aos europeus. O estado em que nos encontramos deve ser

uma fase intermediária de desenvolvimento de um processo cultural europeu – que repetiremos tardiamente aqui. Como fomos colonizados estaríamos reconstruindo aqui, nos mesmos termos que lá, os processos de maturação que na Europa levaram milênios. Somos um país jovem, por isso seria natural algum atraso na obtenção prática de um mundo europeu na América.

Assim, se observa que o que se quer dizer com essa prática imitativa é que a filosofia é uma só, de que o melhor para o país é esforçar-se por se tornar plenamente europeu – o que requer uma vontade robusta orientada pelo projeto civilizatório europeu. Por isso, os filósofos brasileiros devem se esforçar para obter interlocução internacional europeia, porque através dela demonstramos que podemos ser europeus vivendo na América.

Essa interlocução é entendida pela vertente imitativa como sinal evidente de qualidade filosófica, justamente porque falar com europeus é falar com os interlocutores mais desejados: os que são os melhores, tais como queremos ser. E só conseguimos falar com esses interlocutores especiais na medida em que o que falamos se mostra interessante para eles. Não é ocasional, portanto, que a internacionalização seja um critério de avaliação de programas de pós-graduação no Brasil e de publicações – não só em filosofia. Observe que o critério não é a capacidade de diálogo por si, mas a capacidade de diálogo com o conhecimento filosófico produzido no interior da cultura de matriz europeia. O fundamental da perspectiva imitativa é nos mostrarmos capazes de dialogar com a Europa.

A maior fragilidade desse ponto de vista é que o juízo de valor que o fundamenta é assumido sem que se realize qualquer análise das condições brasileiras. Para reputar essas últimas como idênticas às condições europeias, deveríamos ser capazes de traçar as correlações existentes entre os dois ambientes. Só a segurança obtida com relação a essa identidade poderia nos fornecer a condição requerida para praticarmos uma filosofia imitativa sem o risco de exercer uma atividade desconectada do nosso próprio ambiente cultural e sem apelar para potencialidades de futuro não reveladas pelo nosso modo de vida vigente.

Aquilo que poderia surgir como uma conclusão legítima de uma análise cuidadosa acerca do Brasil – sua identidade cultural com a Europa - não passa, na prática, de um preconceito sedimentado por parte da filosofia imitativa. Na verdade, se trata de um exercício filosófico circular que se desenrola em um ambiente inteiramente familiar e caracterizado pelo conforto. Esse conforto é perceptível quando notamos que aquela alegada identidade é uma afirmação formulada no interior do próprio mundo europeu. Afinal, a formação intelectual predominante entre os filósofos brasileiros foi obtida por meio de estudos de filosofia europeia. Então, o juízo de que não há nada no Brasil que solicite uma filosofia própria é suspeito porque reatualizada a base filosófica em que já nos movimentamos desde o período de formação intelectual. Aquela pressuposição avança no sentido de constituir um círculo fechado sobre si mesmo: seu desfecho ocorre exatamente sobre seu ponto de partida, de tal maneira que nada de qualitativamente distinto se agrega no percurso. Saímos de uma formação em filosofia europeia para uma atividade filosófica desenvolvida dentro dos parâmetros de matriz europeia.

Com isso quero dizer que a base que sustenta a prática filosófica imitativa não passa de um exercício calcado em um prejuízo acerca de quem somos. Não é necessário alegar aqui nenhuma grande característica nacional que nos tornaria

imediatamente únicos no mundo para fragilizar a postura filosófica imitativa. A afirmação de que somos – nós, os brasileiros - seres humanos dotados de uma natureza especial, não é necessária aqui.

Basta reconhecer que ainda não investigamos adequadamente nossas características culturais para nos darmos conta que concluir em favor de uma prática filosófica imitativa é um atropelo infundado. Ou seja, que esse tipo de atividade filosófica decorre de nossa pouca disposição para olhar para o Brasil e passar pelo desconforto de reconhecer que há algo nele que não se ajusta àquelas categorias fornecidas pela história da filosofia ocidental.

Há ainda nessa postura imitativa uma certa carência de crítica, pois se trata de recusar a submeter a conexão entre a filosofia europeia e o Brasil a uma análise. Ela passa por alto a verificação da existência de um ajuste efetivo entre nossas práticas culturais e os procedimentos filosóficos que adotamos da velha Europa. A afirmação de que não há nada aqui de específico que mereça atenção é precipitada e só se justifica em função de nos garantir uma prática filosófica definida em função dos elementos ocidentais que já dominamos.

Tudo indica que a imitação está fundada na manutenção do conforto intelectual gerado pela atividade filosófica de matriz europeia e em indisposição para perceber o que tem ocorrido no Brasil. Não acredito que isso constitua um *erro*, uma modalidade de atividade condenada ao fracasso, mas uma opção por desenvolver uma filosofia em um ambiente extremamente restrito.

A expansão da filosofia sobre o Brasil

Um momento distinto da atividade filosófica brasileira envolve o abandono das práticas imitativas. Não se trata de uma fase superior ou de um amadurecimento com relação à primeira – em qualquer sentido. Embora pareça simples, esse é um passo decisivo para o futuro dessa atividade, justamente porque implica no abandono da imitação como procedimento básico.

De fato, para avançar nessa direção é necessário reconhecer que existem especificidades culturais brasileiras que solicitam um tratamento filosófico autônomo. Em alguma medida, isso demanda que tenhamos reconhecido que nosso país não tem sido – e não será em um futuro próximo - um ramo do mundo europeu. Exatamente por isso é que a filosofia deveria atentar para essa especificidade de modo a tornar-se uma prática relevante.

Poucos filósofos se recusariam a reconhecer que a filosofia consiste em um tipo de apreciação acerca daquilo que nos cerca – apesar da extrema generalidade da afirmação. E o que nos cerca de maneira imediata é o nosso próprio país. Portanto, o Brasil é o objeto imediatamente acessível a qualquer discussão filosófica realizada por filósofos brasileiros. Fica evidente que o fato de não o tomarmos como objeto prioritário da atividade filosófica é um efeito que decorre de nossas predisposições europeias. Certamente isso não está ligado à falta de disponibilidade do Brasil em tornar-se objeto de nossa atenção. A simples aceitação de uma definição muito genérica de filosofia - como a anterior - nos induz automaticamente a tomar o país como objeto de discussão, contrariando a inércia daquelas predisposições.

Nesse segundo tipo de filosofia, nos inclinamos para o Brasil no sentido de adotarmos a intenção de introduzir o país em que vivemos em nossas atividades intelectuais. Trata-se de fazer concessões temáticas, de tal forma que nossa atenção

possa enveredar pelas peculiaridades da cultura brasileira. Esse segundo momento implica em adotar uma perspectiva filosófica que se aproxima do Brasil de modo a encampá-lo e introduzir alguma especificidade cultural no campo da filosofia. Isso supõe a crença de que essa atividade pode se aplicar sobre objetos que não aqueles originalmente visados em suas discussões tradicionais - europeias.

Segundo essa alteração do ponto de vista, a filosofia funcionaria como um método ao qual tudo poderia se submeter, a despeito de possíveis diferenças existentes entre os objetos visados em cada caso. Ela seria como uma forma universal capaz de subordinar vários objetos distintos de modo a absorver até mesmo nossas especificidades culturais no seu interior.

O avanço aqui é evidente, quando confrontamos essa disposição com aquele momento imitativo anterior. Afinal, agora se reconhece que o país merece atenção filosófica e se constitui como um objeto digno de nossa atenção e energia. Talvez pudéssemos denominar esse ponto de vista de *filosofia sobre o Brasil*, para sermos mais precisos. Afinal, se trata da filosofia europeia - dotada das ferramentas conceituais e dos procedimentos de análise dessa tradição - porém orientada para questões e temas brasileiros. Não se pretende, nesse caso, refundar ou redefinir a atividade filosófica, mas fazê-la abarcar nosso país. O conjunto de elementos conceituais e metodológicos europeus obtidos no período de formação dos filósofos brasileiros é preservado integralmente aqui. O passo adiante consiste em fazer a filosofia aproximar-se desse novo objeto, o Brasil, sem alterar os dispositivos tradicionais.

Esse tipo de investigação ocupa-se com o Brasil, sem entretanto, deixar-se afetar por ele. Na prática, isso significa que a filosofia é utilizada como uma forma de pensar já consolidada que se desdobra, a partir de agora, sobre esse novo ambiente e passa a se dedicar também ao nosso país. Tudo o que se faz aqui é uma espécie de concessão com respeito àquilo de que trata o discurso filosófico, mas não ao *como* se pratica a filosofia.

Um exemplo pode facilitar a apreensão desse segundo momento. Podemos nos dedicar a investigar a cultura brasileira começando por uma de nossas manifestações mais evidentes: o futebol (SILVEIRA, 2014). Esse assunto, em função do grande interesse nacional que desperta, torna-se assim um tema de reflexão da filosofia. Porém, nada se agrega à própria atividade filosófica que não seja a introdução desse novo objeto. Nenhuma alteração substantiva se produz no modo como se realizam as atividades filosóficas, nos conceitos fundamentais e nos procedimentos analíticos que se utiliza. O tema é brasileiro, porém o modo de pensar é o filosófico ocidental tradicional. O que se introduz aqui são as atividades tradicionais, conduzidas com as mesmas ferramentas conceituais acerca de um novo objeto.

O que se obtém dessa perspectiva é um tipo de exercício filosófico em que o tema é genuinamente nacional, mas o ponto de vista é o usual, típico da filosofia de matriz europeia. O resultado desse movimento de aproximação com relação ao Brasil é uma espécie de ilustração da filosofia europeia por meio de temas brasileiros. Em outras palavras, o que se obtém daqui é uma *aplicação* da filosofia europeia à cultura nacional. Talvez se opere nessa ação sobre o Brasil um enobrecimento dos nossos temas em função de sua aceitação no ambiente filosófico. Através desse passo adiante do ponto de vista receptivo por parte da filosofia, o Brasil passa a se mostrar digno de atenção filosófica.

Contudo, observe que não se trata de uma efetiva aproximação da filosofia

com o Brasil e sim de uma nova forma de colonização do país que, nesse caso, passa a fazer parte das práticas filosóficas tradicionais – nos próprios termos dessa última. É como se esse tipo de trabalho demonstrasse que o país está dotado da dignidade necessária para ser incorporado ao mundo filosófico europeu. Não se trata, portanto, de que o Brasil tenha afetado a filosofia em algum sentido e sim de que ela pode demonstrar, a partir de agora, sua capacidade de encampar também o nosso país no interior de suas práticas.

Mais do que ocupar-se com o Brasil, o que se faz aqui é considerar que a filosofia também pode se exercer sobre um país que - em função do ajuste automático das categorias tradicionais da filosofia às nossas circunstâncias – também é europeu. Não se opera aqui uma efetiva aproximação filosófica com relação ao Brasil, mas um aproximação brasileira em relação à filosofia. Afinal, o que ocorre é que essa última ganha em extensão e passa a se aplicar também ao Brasil. É suposto por essa extensão que essa aplicação da filosofia à nossa cultura pode ser realizada sem nenhum salto ou ruptura, porque os procedimentos que valem para a Europa também devem valer para nós.

O que estou denominando de colonização aqui é justamente o ímpeto de incorporar a cultura brasileira por meio dos procedimentos tradicionais da filosofia europeia. Nessa modalidade de aproximação, o Brasil fornece os temas mas não as categorias ou os procedimentos de análise. Trata-se, portanto, de uma extensão formal da filosofia europeia sobre conteúdos brasileiros.

Aparentemente nessa etapa se produz uma melhoria na autoestima dos filósofos brasileiros, na medida em que eles passam a avaliar que o nosso país já está à altura da filosofia. Em último caso se trata de reconhecer que o país pode fornecer elementos interessantes para uma atividade filosófica que passa a se desenvolver aqui como lá, na velha Europa. A mudança que se apresenta diz respeito ao modo como o Brasil é pensado pelos filósofos: ele pode ser considerado como um objeto de estudo legítimo, um campo de aplicação para as categorias europeias, um mundo que também pode ser tematizado pela filosofia.

Assim, essa situação realiza uma expansão dos procedimentos filosóficos da tradição europeia *sobre* o Brasil. Nesse sentido, podemos identificar essa ação como uma extensão muito natural dos procedimentos coloniais. Afinal, o que marca o colonialismo é a busca pela eliminação de enormes diferenças culturais, preferencialmente sem mediações ou traduções de parte a parte. Sua disposição básica é promover a hegemonia de um conjunto de valores, supostamente dotado de algum tipo de superioridade, sobre uma diversidade de situações.

Dessa disposição a integrar as diferenças sob si é que decorre a violência implicada nos contatos coloniais. Uma expansão da filosofia *sobre* o Brasil adota exatamente esse mesmo mecanismo de supressão de diferenças em benefício da hegemonia de valores alegadamente universais. Afinal, através dessa aproximação não está em questão qualquer transformação da atividade filosófica, mas certa concessão da atenção senhorial da filosofia ao país. Aparentemente, o que se diz aqui é que o Brasil está em condições de se tornar objeto da filosofia, que ele possui as características necessárias para ser revestido pelo mesmo tratamento filosófico fornecido às sociedades europeias. Poderíamos aproximar esse reconhecimento das condições do Brasil para ser encampado pela filosofia daquele outro reconhecimento relativo à humanidade dos indígenas americanos (LAS CASAS, 1929).

Afinal, em ambos os casos se trata de reconhecer a existência das

capacidades necessárias para que algo ou alguém seja devidamente absorvido por um conjunto de valores alegadamente superior. Desse ponto de vista, comum às duas situações, o que se promove é a capacidade – dos indígenas e do Brasil – de serem absorvidos pela cultura europeia. Ele se apresenta como uma alternativa a que a diferença cultural seja objeto de uma negação simples, de destruição, pelo fato de não se mostrar capacitada para a absorção. O que se coloca em questão é a possibilidade do extermínio ou da absorção incondicional em função das enormes diferenças culturais. Por isso, se trata de um gesto filosófico que replica traços coloniais.

Novamente aqui notamos a presença de certa indisposição com relação à crítica por parte da atividade filosófica que temos praticado – e a presença de outro ciclo de conforto. Nesse caso, o percurso parte dos elementos consolidados da filosofia europeia e passa a se exercer sobre o Brasil. Porém, o próprio exercício filosófico não se altera ou sequer se coloca em questão em função dessa nova circunstância. Trata-se de uma mera ampliação geográfica do exercício filosófico, de tal maneira que agora o nosso país pode ser um objeto legítimo da filosofia. Partimos da filosofia europeia e chegamos a uma filosofia europeia exercida também sobre o Brasil.

O avanço que se pode detectar aqui é que finalmente os filósofos europeus desembarcaram das caravelas que ficaram quinhentos anos ancoradas na costa brasileira. É verdade que esse desembarque representa um processo de enriquecimento da temática filosófica, no sentido de ampliar o universo cultural do qual ela trata. A inclusão de temas brasileiros pode tornar a filosofia mais pertinente do que ela tem sido naquela condição imitativa. Afinal, ao tratar de questões nacionais a filosofia passa a obter um grau de repercussão inexistente naquela situação anterior. Agora ela adquire um lastro de experiências mais amplo, se depara com situações que não equivalem às do ambiente original em que ela se desenvolveu – a despeito de suas próprias intenções originais. Ela certamente se liberta da contenção temática do mundo europeu e se lança à descoberta de novos mundos.

Essa relativa disponibilidade pode fornecer situações em que as categorias e os procedimentos convencionais não se mostram como os mais adequados para se promoverem discussões e análises filosóficas. Mas essas mesmas situações também podem ser uma ocasião para se promover a negação da especificidade cultural e a prática de gestos de força que visam a eliminar os traços de desajuste entre a filosofia e o Brasil.

Afinal, quando se descobrem mundos novos, se corre o risco de supor que neles devem predominar as velhas formas de pensar típicas dos velhos mundos de onde viemos – uma extrapolação impulsionada pela familiaridade e pelo conforto. Ou seja, mais uma vez, se corre aquele risco da adoção de fórmulas consagradas e de indisposição com relação à autocrítica. Mas também se pode simplesmente desprezar os desajustes entre as diferenças culturais alegando alguma deficiência crônica por parte do Brasil. Nesse caso, terminamos desqualificando o país como um objeto filosoficamente válido por um gesto de recusa.

A filosofia brasileira

A fase anterior já anuncia um novo passo que terá que ser tentado na sequência. Ele terá que ser tentado porque aquele momento anterior não

concretiza a totalidade do movimento a que se propôs inicialmente. Se a filosofia se dispõe a tratar do Brasil, ela terá que perceber em algum momento que o país não está ajustado a seus conceitos convencionais. E isso decorre do fato do Brasil não ser um país europeu, de que há diferenças antropológicas que precisam ser consideradas pela atividade filosófica. A filosofia pode certamente tomar outros rumos, como de fato tem tomado, mas ela não pode ignorar permanentemente o ambiente cultural em que está inserida. Ao se dispor a dar um passo adiante em direção ao Brasil, a filosofia não pode mais suspender os pés do chão e congelar-se no ar. Ela terá que efetivamente caminhar em direção ao país.

Não se trata, nesse terceiro momento, de promover um estilo de filosofia mais verdadeiro ou superior. Se trata de reconhecer que há algo que solicita a atenção, mas não enquanto um objeto que requer os mesmos tratamentos de sempre, forjados para dar conta de situações originais europeias. Esse algo que acena permanentemente com a promessa de uma interlocução possível é o nosso país.

Por isso, é que esse passo adiante terá que se apresentar no futuro, porque ele se impõe como algo que se pode recusar eventualmente, mas não em definitivo. A filosofia brasileira não pode recusar o Brasil para sempre porque ele é um dado para ela, algo com o que ela terá que lidar porque é realizada por filósofos brasileiros. Em algum momento, a filosofia brasileira será contaminada pelo Brasil. Ele está aí fornecendo as evidências diárias de que não é mais do mesmo, de que não nos encontramos na Europa e, por isso mesmo, se requer algo da filosofia que ela ainda não possui.

O objetivo da fase anterior era escapar do mecanismo imitativo e aproximar-se do Brasil. Vimos que nela a filosofia passa a ocupar-se do Brasil, embora mantendo seu caráter europeu. Nesse caso, a aproximação é superficial – por assim dizer. Ela implica somente na incorporação filosófica do Brasil, sem nenhuma alteração significativa de seus procedimentos. Porém, para colocar-se em uma condição de diálogo efetivo para obter pertinência cultural e remover seus traços coloniais, a filosofia necessita introjetar-se no ambiente, tornar-se diferente do que tem sido para ter acesso ao Brasil nos próprios termos desse último.

Caso isso não se realize, ela persistirá inacabada no sentido de não obter proximidade e ajuste cultural e permanecerá como uma prática tipicamente europeia em um ambiente estranho, restrita e de baixo impacto. Porém, essa possibilidade a mantém fora das condições de se realizar plenamente como *filosofia brasileira*. É o seu próprio conceito, aquele passo inicial com respeito ao Brasil, que demanda esse segundo passo adiante no sentido de se estabelecer uma atividade filosófica pertinente. Somente ele possibilita a realização de uma filosofia brasileira – algo que vá além da imitação e de uma atividade *sobre* o Brasil.

Se a proposição da segunda etapa era promover uma atividade filosófica que tematizasse o Brasil, agora será necessário que o país altere os procedimentos vigentes da filosofia europeia. Se o passo anterior envolvia o aspecto material de fazer a filosofia se expandir sobre um novo objeto, agora se trata naturalmente de que a filosofia seja afetada formalmente por esse novo objeto do qual ela se aproximou. Por isso, é da própria dinâmica da filosofia brasileira tornar-se, em algum momento, *brasileira*. É por isso que se pode derivar com certa segurança essa previsão das condições atuais de nossa prática filosófica.

Essa transformação implica que a atividade filosófica adquira um espírito mais intensamente receptivo. Se dá um passo adiante aqui em relação àquela

absorção de novos objetos que ainda não haviam sido tematizados. Ao realiza-lo, a filosofia deu mostras de sua capacidade de adaptação a novos ambientes – embora tenha mantido intactos os seus procedimentos históricos já consolidados.

Agora se torna necessário dar outro passo adiante em relação à mera expansão da filosofia para as novas terras tropicais recém descobertas. E isso envolve a alteração dos procedimentos formais da filosofia quando confrontada com novas necessidades da parte do seu objeto. Isso significa que a filosofia brasileira não pode se definir somente como uma filosofia europeia *sobre* o Brasil, pois isso implicaria em ficar a meio caminho de realizar o objetivo a que se propôs – e que a retirou da fase imitativa.

Ela requer um outro tipo de espírito em que as nossas circunstâncias culturais ditem o ritmo da atividade filosófica. Ou seja, a filosofia necessita se flexibilizar em função da especificidade desse novo objeto, de tal maneira que se estabeleça alguma modalidade de diálogo efetivo entre eles. Propriamente falando, a filosofia brasileira nessa nova situação terá que se mostrar capaz de dialogar com o Brasil. Isso significa que ele não será mais considerado como um objeto - no sentido tradicional em que usamos o termo, como algo a ser subordinado por categorias preexistentes e a receber um determinado tratamento padronizado.

Uma filosofia pertinente ao Brasil, uma filosofia brasileira, necessita reavaliar-se em função do ambiente que tematiza de modo a promover um ajuste. Trata-se de promover uma articulação com a cultura brasileira e, portanto, da aquisição de procedimentos e conceitos de que ela ainda não dispõe. Para se tornar efetivamente brasileira a filosofia necessita deixar de ser o que tem sido e orientar-se pelo Brasil.

Com isso quero dizer que não faz sentido realizar uma atividade filosófica sobre o Brasil que desconsidera os modos de operação e a funcionalidade dos valores vigentes em nossa cultura. Isso implicaria em perda de capacidade de diálogo, em desconsideração pela especificidade do seu interlocutor, em imposição de formas conceituais inadequadas ao novo ambiente – em alguma modalidade de práticas coloniais. Se apesar de tudo insistirmos em uma atividade filosófica desconectada da nossa cultura estaremos somente renovando declarações de boas intenções e nada de novo se produzirá dessa situação.

Não se trata de dotar a filosofia de capacidade criativa, rompendo com suas conexões originais com o mundo europeu, libertando-a de constrangimentos históricos ou algo semelhante. Se trata de conectar a atividade filosófica com um modo de vida distinto do europeu e que, por isso mesmo, requer outros procedimentos. Esses procedimentos não são objetos de criação *livre* da parte dos filósofos. Eles são certamente objetos de uma criação inspirada nas soluções e nos problemas já formuladas em nosso ambiente cultural. Não se trata, portanto, de uma liberação da filosofia com relação ao seu contexto original europeu, mas da substituição de sua conexão cultural.

Afinal, a filosofia europeia possui suas próprias conexões culturais que tendemos a passar por alto com a justificativa de que se trata de uma atividade universal que se aplicaria a qualquer contexto. Essa suposição certamente tornou mais fácil a aproximação entre a filosofia europeia e qualquer ambiente cultural – como se estivéssemos diante de problemas essencialmente humanos. O fato de termos assumido a validade dessa universalidade da filosofia tornou fácil a acomodação no interior daquelas práticas imitativas. Mas a filosofia europeia jamais foi realmente universal e se o foi em algum momento, isso se deu como uma

resposta a determinada circunstância cultural. De fato, o que catapultou a filosofia para a universalidade foi uma configuração de valores que não se apresenta no Brasil (SILVEIRA, 2020).

Esse passo adiante da filosofia com relação à cultura brasileira é decisivo no sentido de produzirmos uma articulação efetiva entre ambas. Quando nos dispomos ao diálogo não podemos fazer calar nosso interlocutor, suas necessidades tem de ser levadas em consideração – porque é isso o que está envolvido em um diálogo e no desenvolvimento da pertinência com o que tem sido dado.

Por outro lado, isso também impede a manutenção da filosofia como um mero agregado à cultura brasileira, destinada a se converter em uma atividade redundante com relação aos valores vigentes. A filosofia não pode se apresentar como culturalmente relevante se ela se apresenta como uma atividade em permanente acordo com a cultura brasileira, comprometida permanentemente com o que existe. Isso consistiria antes na eliminação da atividade filosófica do que na sua adaptação à cultura brasileira.

Para escapar da redundância, é necessário orientar a atividade filosófica para as necessidades da cultura brasileira, permitir que essas ressoem nas nossas práticas conceituais, mas não no sentido de se imporem como definitivamente determinantes. Ser dotada de relevância cultural implica em dizer algo de pertinente para o Brasil, sem resvalar para a mera reafirmação do que tem existido. Afinal, as necessidades culturais são necessidades de seres humanos com os quais se supõe que a filosofia tenha alguns compromissos muito básicos. Fazer com que essas necessidades humanas sejam tratadas pela atividade filosófica não equivale a obter um alinhamento automático entre ambas. Uma filosofia pertinente é uma caixa de ressonância de elementos culturais, mas não uma caixa de redundância.

Conclusão

Para promover um ajuste ao ambiente cultural mais amplo, a filosofia terá que ser redefinida levando-se em consideração as *novas* necessidades que são típicas do Brasil. Ela pode, certamente, permanecer como uma atividade imitativa da filosofia europeia. Porém, os apelos para o diálogo estão por toda a parte e não cessarão de bater à porta da filosofia reivindicando o início de alguma forma de interlocução. Afinal, somos filósofos e vivemos no Brasil. Isso deve nos obrigar a deslocar nossas intenções filosóficas para o nosso país.

Depois de dar um primeiro passo nessa direção, não há mais como reverter a dinâmica implicada no próprio conceito de filosofia brasileira. Mesmo uma extensão da atividade filosófica sobre o Brasil, envolverá gradualmente a percepção de que é a filosofia que necessita ser redefinida em função do diálogo com a cultura brasileira. Essa é a linha de ação que se tornará gradualmente perceptível à medida que avançarmos na direção do Brasil.

Obviamente, não pretendo apresentar aqui uma agenda para uma filosofia ajustada ao ambiente brasileiro. Uma filosofia brasileira deve ser capaz de fomentar atividades diferentes, porém todas igualmente conectadas com o nosso país. Não há uma forma exclusiva de tornar a filosofia que praticamos efetivamente brasileira. Há certamente uma linha de ação, que pode adquirir uma multiplicidade de facetas distintas. A indicação da linha de ação, que estou propondo aqui, não envolve estabelecer qual deve ser a feição específica e obrigatória de cada

possibilidade filosófica. Ela também não está associada a uma forma filosófica exclusiva, supostamente mais verdadeira ou dotada de alguma virtude especial.

Há várias formas possíveis de se obter uma filosofia pertinente com relação ao Brasil. Pode ser que muitas delas se revelem inadequadas – mesmo no interior de um efetivo diálogo entre a filosofia e a cultura brasileira. A condição requerida para que a filosofia brasileira se torne efetivamente *brasileira* é que ela se mostre capaz de se articular com o país, redefinindo-se em função do que temos sido. Para isso, ela necessita dar um passo adiante com relação à sua disposição de encampar o Brasil e dois passos adiante com relação à imitação da filosofia europeia.

Referências

Las Casas, B. *Historia de las Indias*. Madrid: Gonçalo de Reparaz, 1929.

Rocha, G. *Der leone have sept cabezas*. Brasil, 95 min, 1970.

Silveira, R. A. T. Uma mirada sobre a América Latina. In: Ramaglia, D.; Silveira, R.A.T. (Orgs.). *Miradas filosóficas sobre América Latina*. Porto Alegre: FI, p. 164-188, 2020.

_____. *Filosofia brasileira*. Porto Alegre: FI, 2019.

_____. A brasileiríssima filosofia brasileira. *Síntese*, v. 43, p. 261-278, 2016.

_____. A síntese carnavalesca. *Capoeira*, v. 2, p. 37-53, 2015.

_____. (Org.) *O futebol e a filosofia*. Campinas: PHI, 2014.

Recebido em: 12/2022
Aprovado em: 03/2023